



Alegre/ES, 25 de fevereiro de 2026.

Ata Da Audiência Pública – Metas Fiscais 3º Quadrimestre De 2025

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS – 3º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2025

No dia 25 de fevereiro de 2026, às 10h, nas dependências da Câmara Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo, realizou-se Audiência Pública com a finalidade de demonstrar e avaliar o cumprimento das Metas Fiscais referentes ao 3º Quadrimestre do exercício de 2025, em atendimento ao disposto no § 4º do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

A audiência foi conduzida por meio da Secretaria Executiva de Finanças e Planejamento, contando com a presença de servidores públicos, representantes da sociedade civil e demais cidadãos interessados.

Aberta a sessão, foi esclarecido que o objetivo da audiência consistiu em apresentar os dados contábeis e financeiros do Município de Alegre/ES, demonstrando a execução orçamentária, o resultado fiscal e o atendimento aos limites legais e constitucionais.

Na sequência, foram apresentados os principais demonstrativos constantes nos slides exibidos durante a audiência, destacando-se que, de acordo com os dados contábeis, o Município de Alegre vem cumprindo as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Foi informado que a Receita Corrente Líquida – RCL do Município totalizou o montante de R\$ 57.884.956,74 no período analisado.

Em relação aos resultados fiscais, foram apresentados os conceitos e dados referentes ao Resultado Primário e ao Resultado Nominal. O Resultado Nominal, que considera as receitas e despesas financeiras, os efeitos da inflação e da variação cambial, representa a variação da dívida pública líquida em determinado período. Já o Resultado Primário corresponde à diferença entre as receitas e as despesas públicas não financeiras.

No tocante às despesas com pessoal, foi demonstrado que o Município aplicou o percentual de 42,71% da Receita Corrente Líquida, permanecendo abaixo do limite máximo de 54,00% estabelecido pelo art. 20, inciso III, alínea “b”, da Lei de Responsabilidade Fiscal, evidenciando o cumprimento do limite legal.

Quanto à aplicação de recursos na área da Educação, foi informado que o Município aplicou o valor de R\$ 23.384.760,05 na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE,



correspondente a 25,43%, atendendo ao limite constitucional mínimo de 25%. Informou-se ainda que o valor transferido do FUNDEB no período foi de R\$ 20.990.106,09.

No que se refere à Saúde, demonstrou-se que a Receita de Impostos e Transferências somou R\$ 86.298.113,40, tendo sido aplicada uma despesa liquidada de R\$ 20.222.591,47 com recursos próprios, equivalente a 23,43%, percentual superior ao mínimo constitucional exigido de 15%, evidenciando o cumprimento do dispositivo legal.

Ao final das exposições, foi franqueada a palavra aos presentes para eventuais questionamentos, esclarecimentos e sugestões. Não havendo manifestações relevantes, foi reforçado que eventuais dúvidas adicionais poderão ser encaminhadas ao endereço eletrônico financas@alegre.es.gov.br.

Nada mais havendo a tratar, a audiência pública foi encerrada, sendo lavrada a presente ata, que após lida e achada conforme, vai devidamente assinada pelas autoridades competentes.

Willian Fadini Faian
Secretário Executivo de Finanças e Planejamento

Lista Presença

- Eduardo A. Pires. - 
- Rênea Manoel Ribeiro - SEAD - PAR
- Poliana Dalto de Souza SECONT -
- Monik A. N. de Souza - SECONT
- Jifraga
- Alfyra
- Marcos Antônio Rabelo Vares
- Tássia Vitoria Duarte - SEFIP



PREFEITURA DE
ALEGRE
www.alegre.es.gov.br



AUDIÊNCIA PÚBLICA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS METAS FISCAIS

ALEGRE/ES

3º QUADRIMESTRE DE 2025

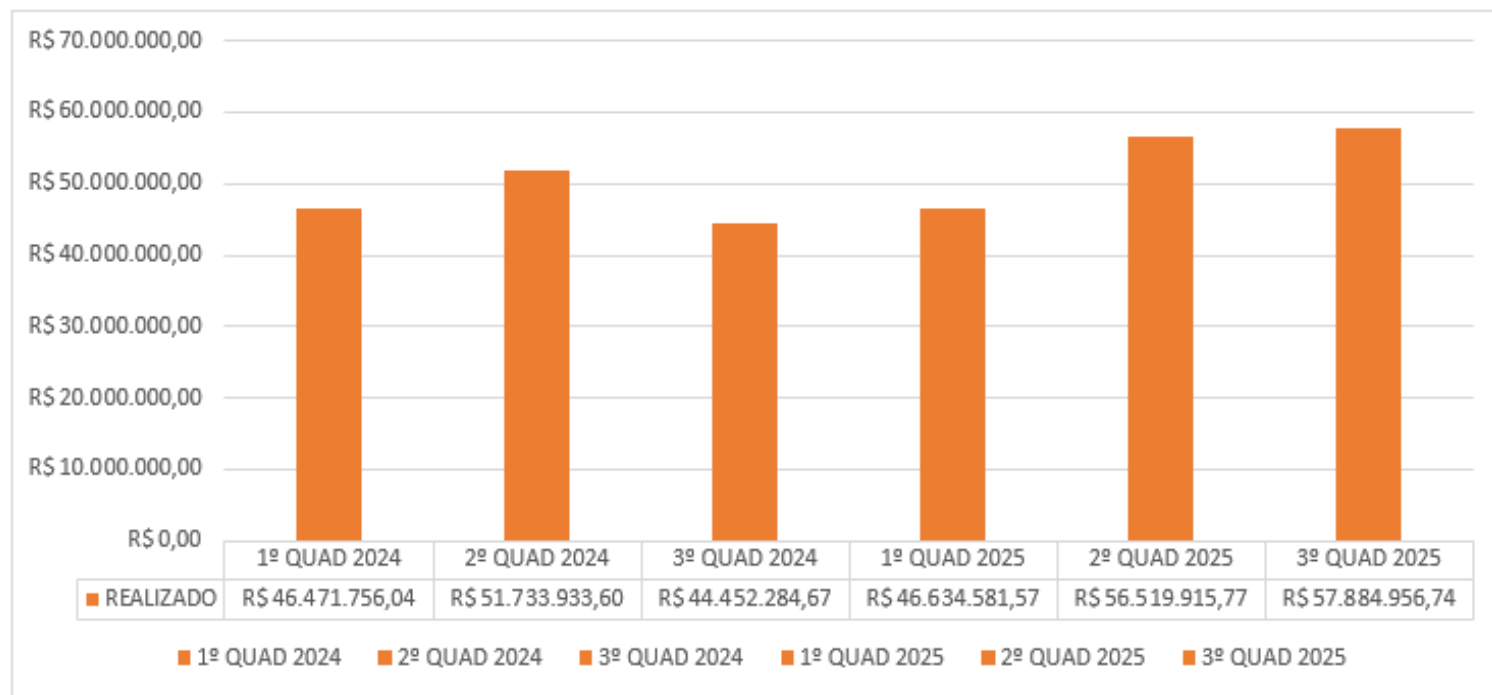
OBJETIVO DA AUDIÊNCIA

Demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais no 3º Quadrimestre do Exercício de 2025, conforme disposto no § 4º do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal: “Até o final dos meses de maio, setembro e dezembro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais”.

RELATÓRIO

De acordo com os dados contábeis, o Município de Alegre, através de sua administração atual está cumprindo o que estabelece na Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo eles:

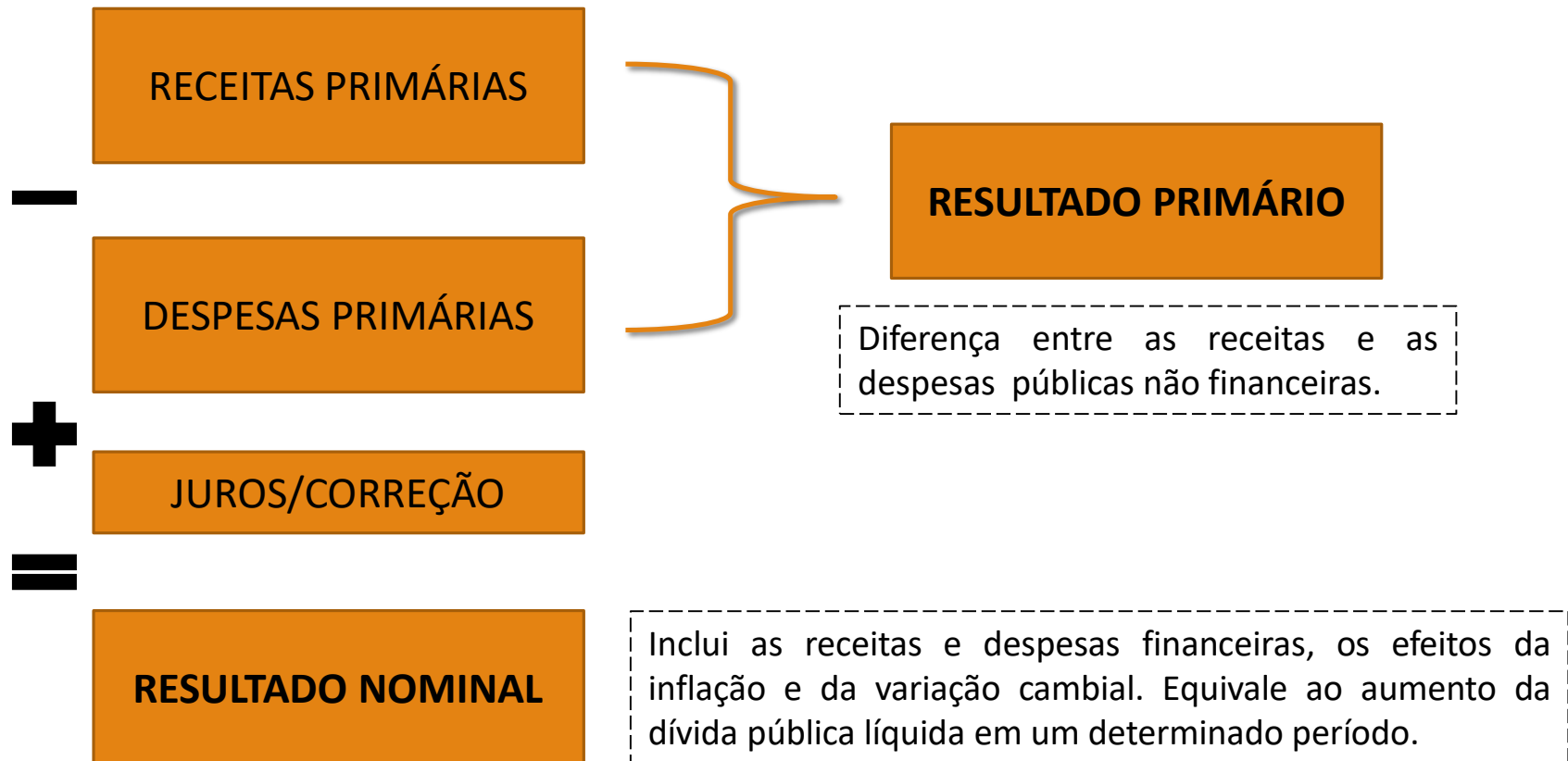
Receita Corrente Líquida – RCL



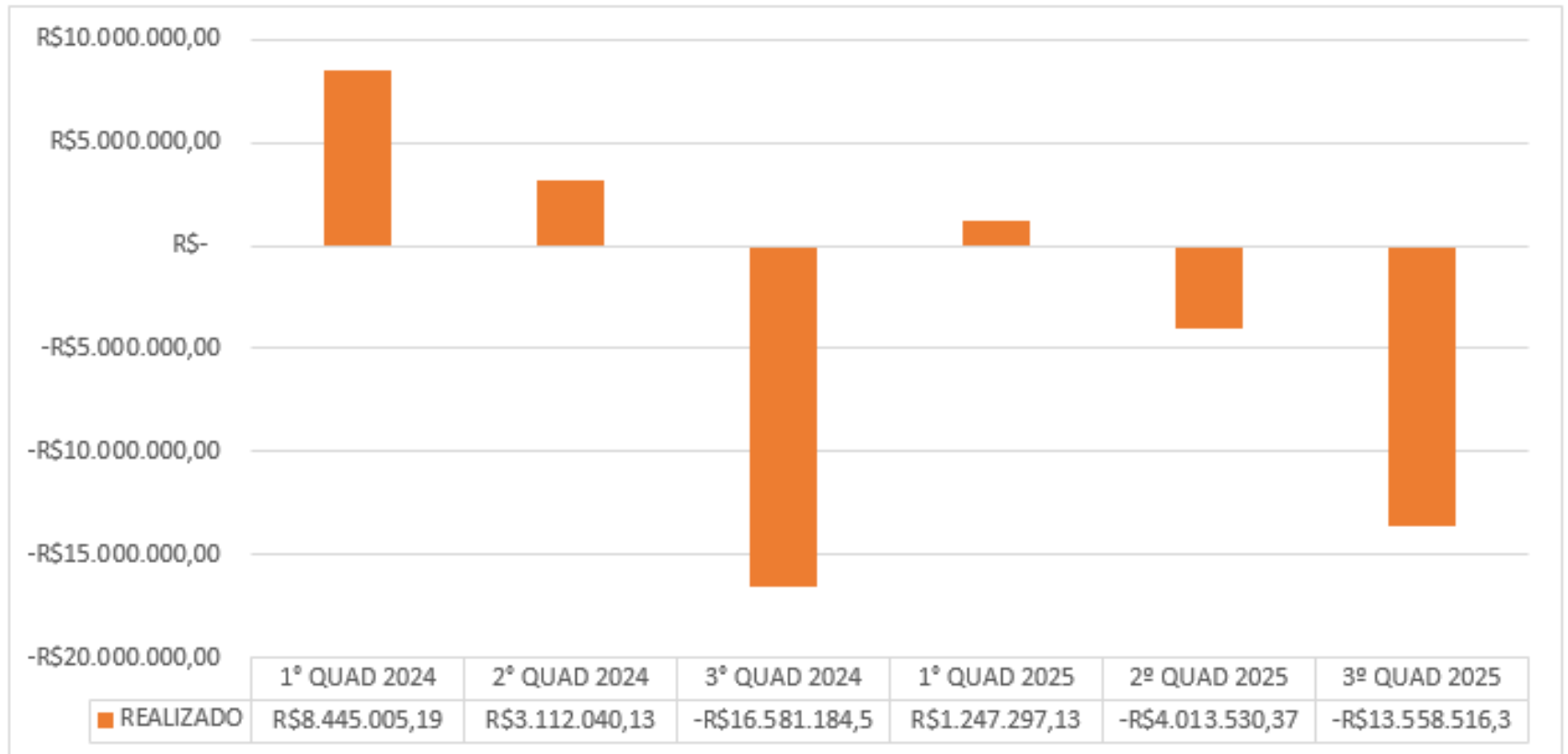
ESPECIFICAÇÃO				
	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
RECEITAS CORRENTES (I)	14.126.039,67	16.073.855,51	14.900.260,94	22.094.686,01
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.372.595,56	963.206,07	946.105,06	1.762.721,65
IPTU	100.607,39	45.446,11	27.838,88	36.141,28
ISS	741.684,34	569.134,26	499.299,23	793.047,98
ITBI	114.614,14	31.017,33	44.344,00	116.232,64
IRRF	259.441,93	228.276,98	226.383,62	606.228,20
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	156.247,76	89.331,39	148.239,33	211.071,55
Contribuições	695.300,99	655.230,26	672.715,73	1.167.439,31
Receita Patrimonial	1.128.614,40	1.189.693,30	1.045.832,99	1.104.812,33
Rendimentos de Aplicação Financeira	1.128.614,40	1.189.693,30	1.045.832,99	1.104.812,33
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	627.841,10	610.122,38	459.845,19	440.979,21
Transferências Correntes	10.080.823,10	12.426.848,17	11.635.130,59	16.392.762,97
Cota-Parte do FPM	4.607.849,44	3.090.322,78	4.200.798,52	6.764.850,94
Cota-Parte do ICMS	1.793.008,08	2.061.678,02	2.000.514,64	2.268.941,31
Cota-Parte do IPVA	279.668,70	143.553,61	86.920,95	78.704,87
Cota-Parte do ITR	7.634,62	17.410,05	497,08	417,67
Transferências da LC 61/1989	24.406,56	23.406,05	23.133,65	28.021,87
Transferências do FUNDEB	1.713.092,11	1.674.362,52	1.712.502,92	2.223.220,62
Outras Transferências Correntes	1.655.163,59	5.416.115,14	3.610.762,83	5.028.605,69
Outras Receitas Correntes	220.864,52	228.755,33	140.631,38	1.225.970,54
DEDUÇÕES (II)	1.898.209,92	2.122.506,31	2.238.964,15	3.050.205,01
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	225.139,16	222.605,02	220.906,67	641.922,39
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	14.563,78	14.563,78	14.563,78	29.127,56
Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais de enfermagem (Art 1º da EC 127/2022)	27.081,90	120.812,59	120.617,59	339.418,07
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	620.905,22	695.974,89	619.198,43	615.052,44
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	1.010.519,86	1.068.550,03	1.263.677,68	1.424.684,55
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	12.227.829,75	13.951.349,20	12.661.296,79	19.044.481,00

TOTAL:
R\$ 57.884.956,74

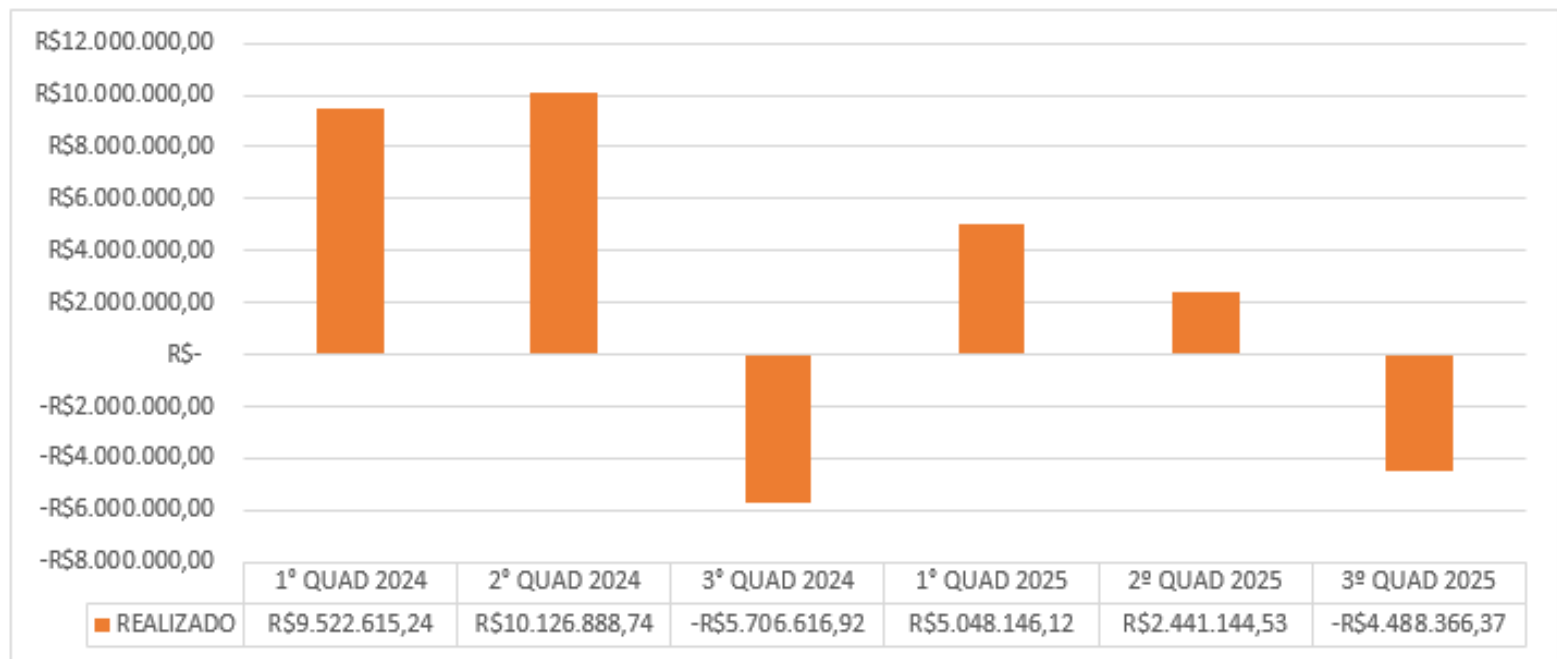
Resultado Primário e Nominal



Resultado Primário



Resultado Nominal



DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Mês 12/2025					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	158.808.694,34	151.585.230,75	151.011.738,56	150.843.958,78	211.186,29	646.936,34	646.686,34
Pessoal e Encargos Sociais	83.104.899,88	81.852.741,83	81.852.741,83	81.825.120,34	68.587,85	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	75.703.694,46	69.732.488,92	69.158.996,73	69.018.838,44	142.598,44	646.936,34	646.686,34
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	158.808.594,34	151.585.230,75	151.011.738,56	150.843.958,78	211.186,29	646.936,34	646.686,34
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	25.063.067,27	23.210.488,30	23.210.488,30	23.210.488,30	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	33.506.292,92	29.169.873,32	29.026.196,69	29.026.196,69	74.412,60	0,00	0,00
Investimentos	32.628.462,94	28.780.896,66	28.637.220,03	28.637.220,03	74.412,60	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	877.829,98	388.976,66	388.976,66	388.976,66	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	32.628.462,94	28.780.896,66	28.637.220,03	28.637.220,03	74.412,60	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	0,00						
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	39.966,67	15.800,00	15.800,00	15.800,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	216.540.091,22	203.592.415,71	202.875.246,89	202.707.467,11	285.598,89	646.936,34	646.686,34
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXXVIII + XXXIX)	191.437.057,28	180.366.127,41	179.648.958,59	179.481.178,81	285.598,89	646.936,34	646.686,34
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa + XXXIIb + XXXIIc)]				-9.944.041,15			
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa + XXXIIIb + XXXIIIC)]				-13.558.516,39			

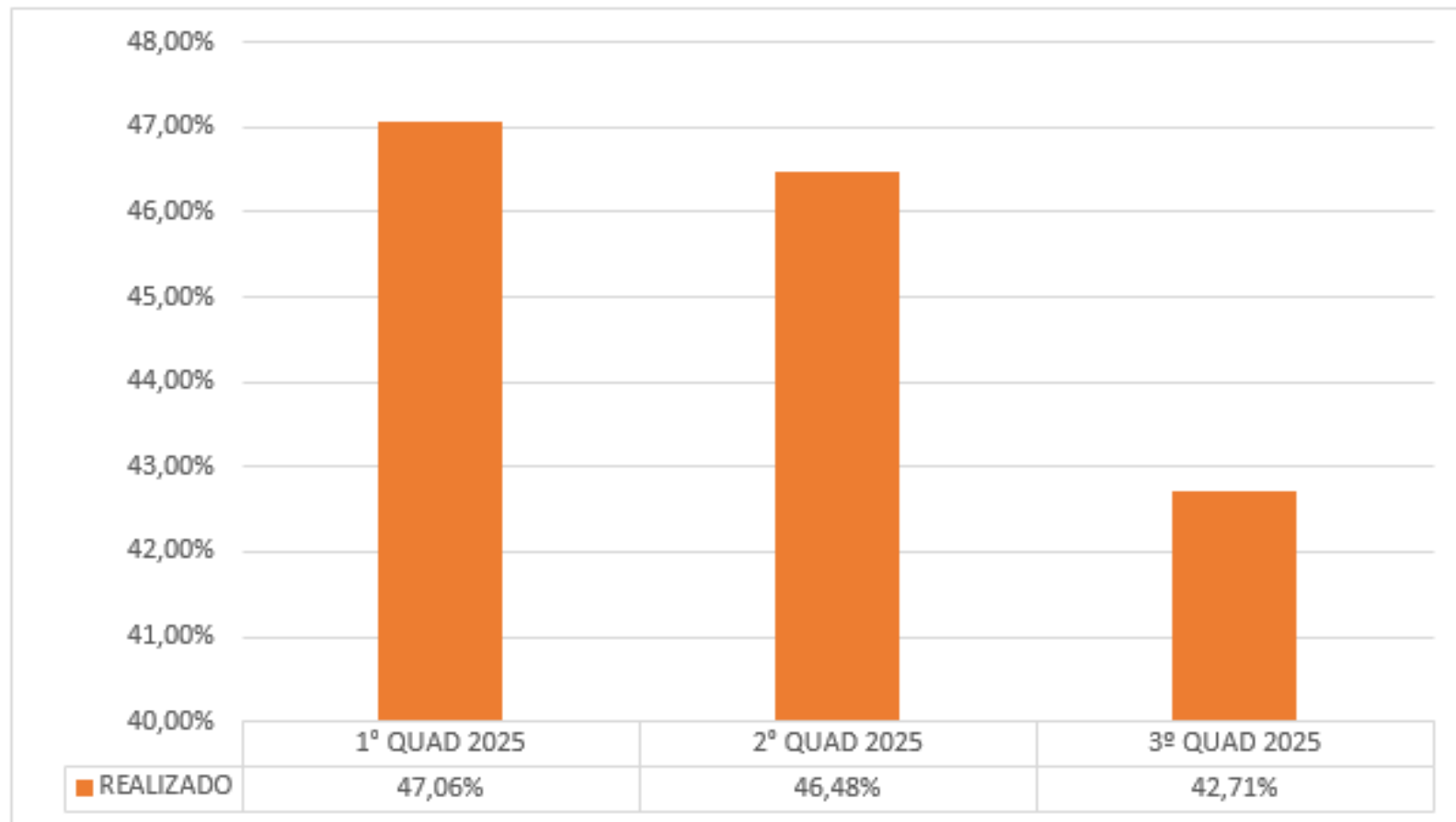
ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2024	Até o Mês 12/2025
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	52.930.153,02	49.455.753,03
DEDUÇÕES (XL)	56.550.980,32	48.588.213,96
Disponibilidade de Caixa	56.550.980,32	48.588.213,96
Disponibilidade de Caixa Bruta	57.532.414,36	49.536.722,89
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	466.210,46	293.658,14
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	515.223,58	654.850,79
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	-3.620.827,30	867.539,07
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)	-4.488.366,37	

Despesa com Pessoal

O município aplicou o percentual de 42,71% em despesa com pessoal. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000, art. 20 inciso III, letra b), o limite é de 54,00% para os municípios.

“Art. 23. Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão referido no art. 20, ultrapassar os limites definidos no mesmo artigo, sem prejuízo das medidas previstas no art. 22, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição”.

Despesa com Pessoal



Educação

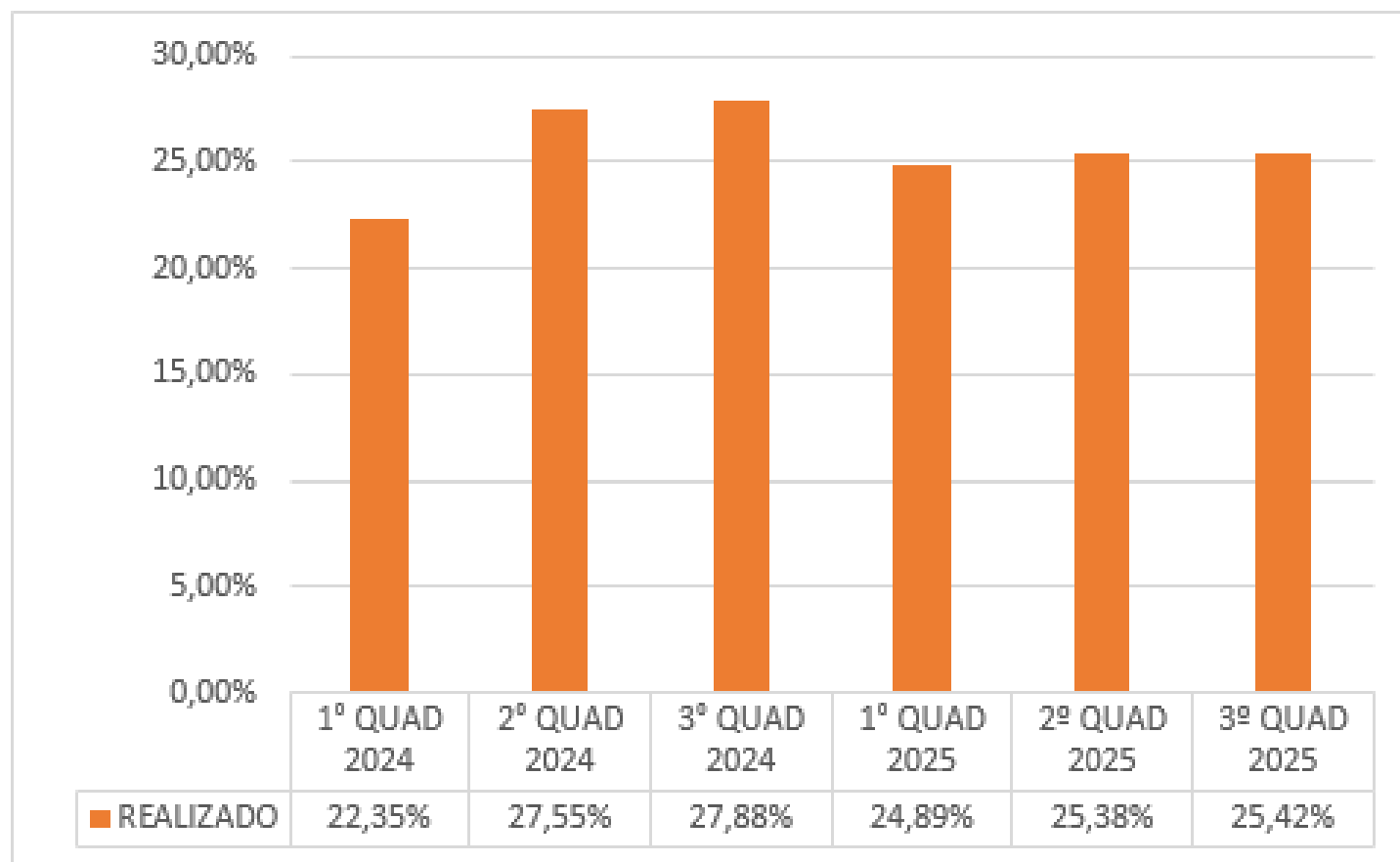
O percentual de aplicação com Educação está dentro do Limite Constitucional (25%), conforme está sendo demonstrado nos dados contábeis:

Com a manutenção da educação (MDE) a municipalidade aplicou R\$ 23.384.760,05, atingindo um percentual de 25,43%.

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL ²⁵⁶	VALOR EXIGIDO	Despesa Empenhada ⁶	
		VALOR APLICADO	% APLICADO
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	22.989.423,23	23.384.760,05	25,43

O valor do FUNDEB transferido neste período foi de R\$ 20.990.106,09.

Educação



Saúde

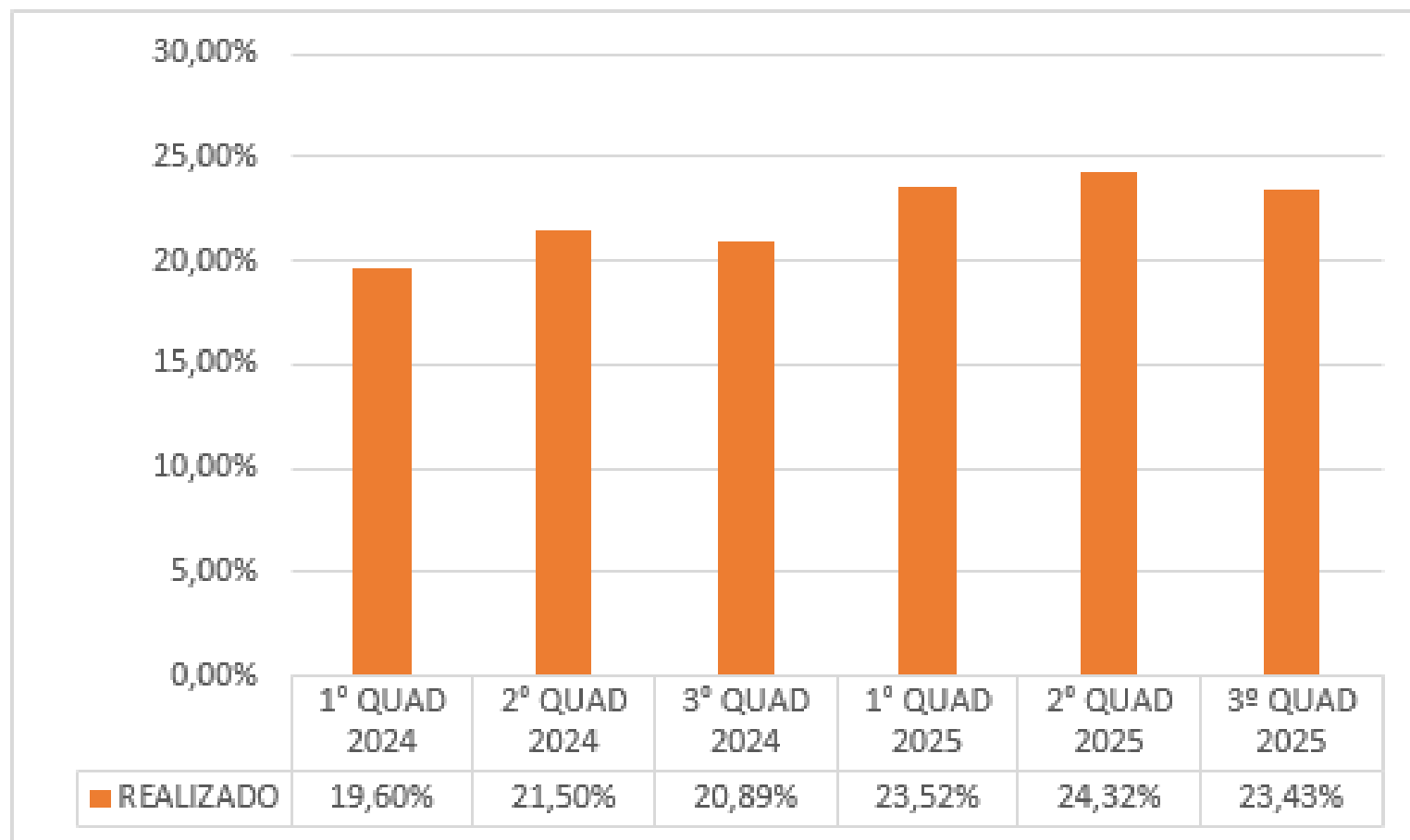
A aplicação do percentual de Saúde está sendo cumprido, conforme demonstrado nos dados contábeis:

A Receita de Impostos e Transferências foi de R\$ 86.298.113,40 e foi aplicado na Saúde uma despesa liquidada no valor de R\$ 20.222.591,47, com recursos próprios, equivalentes a 23,43% (o mínimo previsto é de 15%).

Saúde

<u>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS</u>	DESPESAS LIQUIDADAS Até o mês	Inscritas em Restos a Pagar não Processados
Total das Despesas com ASPS computadas no cálculo do mínimo (XI)	20.207.211,94	15.402,48
(-) Despesas com Inativos/Pensionistas e Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial do RPPS (XI.1)	22,95	0,00
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XII)		
(-) Despesas Custeadas com Rec. Vinculados à Parcela do Perc. Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIII)	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XIV)	0,00	0,00
VALOR APLICADO EM ASPS (XV) = (XI - XI.1 - XII - XIII - XIV)	20.222.591,47	
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVI) = (III) x 15% (LC 141/2012)	12.944.717,01	
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVII) = (XV - XVI)	7.277.874,46	
Limite não Cumprido (XVIII) = (XVII) (Quando valor for inferior a zero)		
% DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XV / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012) ⁽¹⁾	23,43	

Saúde



AGRADECEMOS A PARTICIPAÇÃO!

Em casos de dúvidas ou sugestões:

finanças@alegre.es.gov.br

